

Desemprego nos EUA e no G - 4: abordagens e evidências

Autor: Claudio Roberto Amitrano¹

Resumo: Este artigo trata das diferentes trajetórias da taxa de desemprego nos Estados Unidos e em alguns países da Europa como Alemanha, Reino Unido, França e Itália (G –4). O objetivo do texto é analisar as principais abordagens sobre o tema e cotejá-las com algumas evidências empíricas.

Abstract: This paper deals with the distinct trends in US and some European countries (G–4) unemployment rates. The aim of the work is to analyse the main theoretical approaches to the problem and confront them with some empirical evidences.

Introdução

Um espectro está assombrando a Europa – o espectro do desemprego. Assim começa o texto de Buchel e Christiansen (1998), resumindo, com esta paráfrase do Manifesto Comunista, a dimensão do problema europeu no que concerne ao desemprego. A mesma frase, entretanto, não parece adequada para identificar, por exemplo, o dilema atual da sociedade norte-americana.

Nos últimos 30 anos, as distintas trajetórias da taxa de desemprego entre Estados Unidos (EUA) e Europa (UE) têm dado o tom do debate público e acadêmico sobre o tema. Questões como as diferentes instituições que regulamentam o mercado de trabalho, as formas divergentes de operação das políticas fiscal e monetária, assim como os impactos desiguais que a desregulamentação das contas de capital tiveram sobre as várias economias aparecem de forma recorrente.

O objetivo deste texto é apresentar, de forma breve, as principais abordagens teóricas, assim como mostrar alguns dados sobre o problema em tela. A estratégia expositiva será, portanto, a de explicitar, em um primeiro movimento, as distintas escolas de pensamento para, em seguida, dialogar com a literatura que se debruçou sobre as distintas trajetórias do desemprego na Europa e nos Estados Unidos.

Oferta ou demanda: a quem cabe determinar o nível de emprego?

É notório e, talvez ocioso dizer, que as posições no debate na teoria econômica encontram-se num contínuo entre a chamada economia da oferta e as proposições em torno do

¹ O autor é pesquisador do CEBRAP e doutorando em economia no instituto de economia da UNICAMP.

princípio da demanda efetiva (PDE). Desde sempre, é a aceitação total, parcial ou mesmo a recusa da Lei de Say que divide os economistas. Ou como prefere Robert Solow (1980) estas posições expressam a tensão que existe na teoria econômica entre a crença nas vantagens do mecanismo (alocativo) do mercado e a consciência de suas imperfeições.

A teoria neoclássica e o modelo de Keynes

Antes do surgimento da Teoria Geral (TG) de Keynes (e porque não dizer também depois), o saber convencional estabelecia, de forma inequívoca o lugar da análise do desemprego. Este lócus era o mercado de trabalho. Eram os movimentos ao longo e os deslocamentos das curvas de oferta e demanda por trabalho, no par ordenado salários reais e volume de emprego, que determinavam a taxa desemprego.

No modelo neoclássico, sob um regime de concorrência pura e com plena flexibilidade de preços e salários, o único resultado possível é o pleno emprego. Esse resultado, que é analítico, se torna a regra a partir da qual se deve pensar o modo de funcionamento da sociedade, sendo o desemprego um caso episódico, resultado do desequilíbrio temporário, ou mau funcionamento do mercado de trabalho. Isto é o que expressa, por exemplo, Pigou em seu *“Theories of Unemployment”* de 1933 quando afirma que “se existe uma completa competição entre os trabalhadores, então a única posição de equilíbrio possível é em pleno emprego” (Solow, 1980: p. 4).

A “centralidade”² do mercado de trabalho nesta tradição é de tal monta que não apenas condiciona o que acontece em termos de emprego e salários, mas também os resultados no mercado de produtos. É a posição de equilíbrio naquele mercado que determina o nível de produto real de curto prazo. A demanda nominal agregada é determinada pela teoria quantitativa da moeda e afeta somente o nível de preços, estabelecendo a separação entre o lado real e monetário da economia. Um nível de emprego inferior só é possível mediante uma inadequação dos salários reais, isto é, através de um nível de rendimento real superior ao de equilíbrio, conduzindo a um excesso de oferta de trabalho.

A revolução perpetrada pela TG consiste exatamente em deslocar o problema da determinação do nível de emprego do mercado de trabalho para o mercado de bens. Isto se dá através de dois mecanismos: o primeiro é a negação de uma curva de oferta de trabalho relacionada ao salário real; o segundo consiste na abolição da dicotomia entre os lados monetário e real e o estabelecimento do princípio da demanda efetiva.

² A expressão centralidade é usada aqui de forma provocativa, reconhecendo, evidentemente, que não possui qualquer relação com o debate recente sobre a centralidade do trabalho.

No primeiro caso, ao demonstrar que os trabalhadores são incapazes de determinar o salário real e que não tomam suas decisões de inserção ou retirada do mercado de trabalho com base neste rendimento, Keynes torna impossível a determinação do emprego pelo mecanismo acima, pois a oferta de mão de obra foi suprimida.

No segundo caso, a demonstração de que o volume de gasto não é restrito pelo nível de renda corrente e que a taxa de juros é um fenômeno monetário ao invés de real, substituem a TQM como determinante do nível de demanda agregada. Estes fatos permitem que alterações no dispêndio agregado sejam capazes de alterar o nível de emprego e produto.

Segundo Davidson (2003), o cerne da revolução keynesiana está na rejeição dos axiomas basilares do pensamento neoclássico: 1) o axioma da substituição bruta; 2) o axioma dos reais e 3) o axioma da ergodicidade.

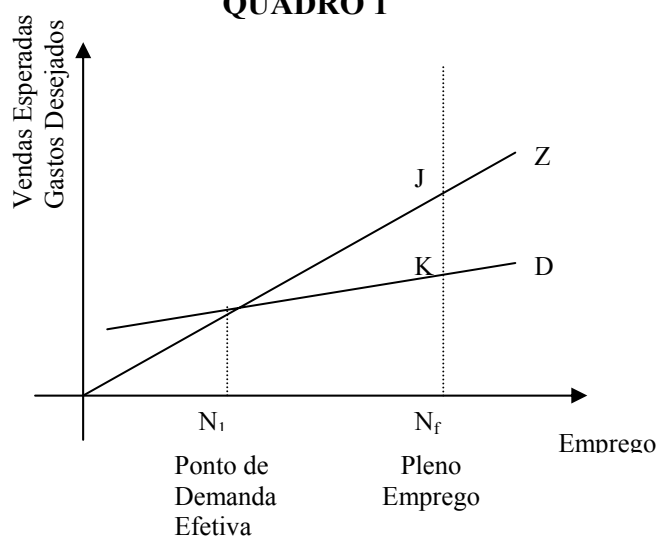
O primeiro diz respeito à suposição de que um bem pode ser substituído por outro qualquer. Em outras palavras, isto significa que um aumento na demanda por um bem provocará um aumento em seu preço e subseqüentemente o deslocamento desta demanda para um bem substituto. No entanto, Keynes procura demonstrar, no capítulo 17, que a elasticidade de substituição entre os ativos reprodutíveis e os ativos líquidos (dentre eles a moeda) é zero ou desprezível. A implicação da hipótese de Keynes é que quando os poupadores tentam acumular poupanças através de ativos líquidos isto não promove, em momento posterior, um deslocamento destes recursos para os ativos reprodutíveis.

O segundo axioma diz respeito ao fato de que “Os agentes só se importam com coisas ‘reais’, tais como bens [...] descanso e esforço” (Hahn apud Davidson, 2003). Seu significado é que a moeda não cumpre qualquer função a não ser a de meio de troca, de tal sorte que todas as decisões são baseadas exclusivamente nos fenômenos reais e nos preços relativos. No entanto, a constatação de que os contratos são estabelecidos em termos nominais, implica que a moeda não é neutra, seja no curto prazo, seja no longo prazo. Para Keynes, assim como para Marx, o único objetivo da firma é terminar o processo produtivo com mais dinheiro do que começou, ainda que os agentes levem em consideração a evolução do nível de preços.

Por fim, o axioma da ergodicidade, diz respeito à noção de que os dados históricos fornecem a distribuição de probabilidades de ocorrência de um evento, de tal sorte que os eventos presentes e futuros podem ser previstos em termos de probabilidade estatística. Porém, segundo Keynes a trajetória do sistema econômico desenha um percurso que transcorre de um passado imutável para um futuro incerto, de modo que os agentes econômicos sabem que o futuro não é necessariamente previsível em nenhum sentido probabilístico (Davidson, 2003).

A partir da rejeição dos três axiomas acima descritos, Keynes desenvolve uma teoria do emprego a partir do mercado de produtos. Para tanto duas funções são analisadas. A função de oferta agregada (Z) relaciona as receitas de vendas esperadas pelos empresários para um dado volume de emprego a ser contratado. “Em outras palavras, ela revela, para cada nível de emprego, o montante de receita de vendas do produto que incentivaria as firmas a elevar a produção e o emprego até aquele nível” (Lima, 2003: p.403). A função de demanda agregada (D) relaciona os gastos desejados pelos agentes para cada nível de emprego observado, revelando assim, “o rendimento que as firmas esperam obter pela venda da produção derivada do emprego desse volume de mão de obra” (Ibdem). Estas duas funções, entretanto, diferentemente da tradição neoclássica, somente coincidem em um único ponto em que a demanda agregada e a oferta agregada são iguais, isto é, o ponto de demanda efetiva. Como é possível observar no quadro a seguir, o nível de emprego determinado pela demanda efetiva não coincide com o de pleno emprego. Isto porque, no pleno emprego a oferta não pode ser totalmente vendida de forma lucrativa. É exatamente a rejeição dos axiomas basilares que garante que não haja equivalência entre o pleno emprego e o ponto de demanda efetiva.

QUADRO 1



Como observou Keynes no capítulo 3, o descompasso entre consumo e renda exige que alguma fonte de demanda autônoma seja requerida para garantir o equilíbrio macroeconômico no ponto de pleno emprego. Em uma economia fechada, esta demanda é representada pelo investimento. Mas, no caso de uma economia aberta, tanto os gastos do governo como as exportações cumprem um papel relevante³.

³ Este papel é semelhante ao do investimento, este entendido enquanto dispêndio. No entanto, as despesas com investimento têm repercussões na estrutura e no volume da oferta agregada no futuro, o que distingue o investimento das demais fontes de demanda.

Não cabe aqui fazer uma leitura exegética do pensamento de Keynes, tampouco da tradição neoclássica, mas sim estabelecer os elementos de diferenciação entre ambas e que, por certo, delineiam os pontos de referência a partir dos quais se estabelece o debate posterior a Keynes.

Neste sentido, é importante notar que os salários reais não cumprem o papel advogado pelo pensamento convencional na determinação do nível de emprego. Se é verdade que na primeira parte da *TG*, Keynes utiliza-se da hipótese de que os salários são fixos no período relevante de produção, no capítulo 19, o autor suspende esta suposição e demonstra que a influência desta variável sobre o nível de produto e emprego é muito incerta. Na verdade, oscilações muito acentuadas dos salários nominais podem aumentar de tal forma o nível de incerteza da economia que qualquer que seja o efeito positivo de uma redução dos rendimentos dos trabalhadores sobre o nível de emprego, este pode ser obtido com menores custos através da manipulação da oferta de moeda. Para o que interessa a Keynes, os salários, sejam eles nominais ou reais devem ser tomados como variáveis endógenas, determinados, tal como o emprego, pelo princípio da demanda efetiva.

Portanto, o desemprego numa economia monetária e empresarial assume o caráter de situação padrão, sendo o pleno emprego o caso episódico, somente alcançável através da intervenção pública na gestão da demanda agregada.

O modelo IS-LM e a releitura neoclássica do pensamento de Keynes

O modelo IS-LM, tal como ficou conhecido, resulta de uma releitura da *TG*, empreendida basicamente por Hicks, Hansen, Samuelson, Modigliani e Patinkin, cujo objetivo geral era compatibilizar aquilo que havia sido identificado como elucidativo na obra de Keynes, com os pressupostos e métodos da tradição neoclássica. “A idéia básica desses autores era de que a noção tradicional de equilíbrio, ou seja, o *market clearing* simultâneo de todos os mercados, incluindo o mercado de trabalho, pode ser considerado uma descrição acurada das tendências de uma economia de mercado. Contudo, as forças naturais capazes de viabilizar o alcance dessa posição tendem a ser [...] obstaculizadas em sua ação pela existência de diversas formas de rigidez e outras imperfeições, o que implica, a demora do sistema em alcançá-la” (Lima, 2003: p.392). Em outras palavras, o que a síntese neoclássica procura chamar a atenção é que o pensamento de Keynes, ao invés de romper definitivamente com a ortodoxia econômica de sua época, apenas explicitava os mecanismos que impedem o equilíbrio a pleno emprego no curto prazo.

O modelo característico da síntese baseia-se, portanto, em duas curvas descrevendo a igualdade entre poupança e investimento (IS) e entre oferta e demanda por moeda (LM). Porém, estas duas curvas são complementadas por uma função de produção agregada e curvas de oferta e demanda por trabalho. A hipótese era que com este aparato seria possível demonstrar que o par renda-taxa de juros que equilibra os mercados de moeda e de bens e serviços não necessariamente é o de pleno emprego.

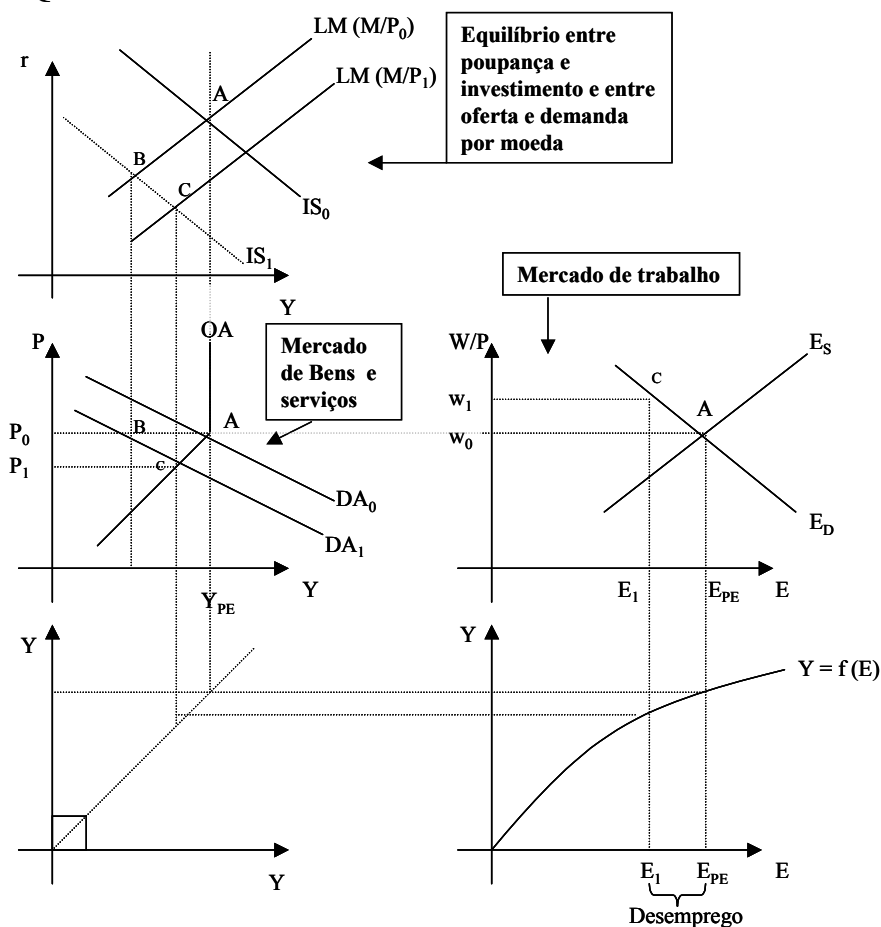
O quadro abaixo procura explicitar este argumento⁴. Partindo de uma situação de pleno emprego e com equilíbrio tanto no mercado monetário como real, é possível verificar que uma redução do investimento - decorrente, por exemplo, de um refreamento do '*animal spirits*' dos empresários - promove um deslocamento da curva IS e, por conseguinte, da curva de demanda agregada para esquerda (do ponto A para o B). Como consequência, haveria uma redução dos preços e um aumento da oferta real de moeda, provocando uma redução da taxa de juros através do deslocamento da curva LM para a direita (do ponto B para o C). Uma vez que os salários nominais são rígidos para baixo, a redução dos preços provocaria um aumento dos rendimentos reais e uma diminuição do volume de emprego.

Duas questões emergem desta análise. A primeira diz respeito à eficácia da política econômica. Deslocamentos sucessivos da curva IS para a direita, através de um aumento dos gastos públicos, poderiam reconduzir a economia ao nível de pleno emprego. De modo análogo, movimentos para a direita da curva LM, através de uma política monetária expansionista poderiam trazer de volta a situação de plena utilização dos fatores de produção. É possível pensar ainda em uma combinação das políticas.

A segunda questão é que uma redução dos salários nominais, equivalente à redução dos preços, teria o mesmo efeito. Neste caso, a inovação trazida pela síntese neoclássica é que o mecanismo pelo qual a queda nos salários nominais reconduz a economia ao pleno emprego diz respeito aos chamados efeitos Keynes e Pigou-Patinkin (encaixes reais). No primeiro efeito, a redução do rendimento nominal do trabalho e conseqüentemente dos preços, aumenta a oferta monetária. Com isto cai a taxa de juros e a sua diferença em relação à eficácia marginal do capital promove um aumento do investimento. No segundo, a queda dos salários e preços implica um aumento do valor real dos ativos monetários dos agentes. "Uma vez que os indivíduos poupam com o intuito de acumular um certo montante de riqueza relativamente à sua renda, sua poupança é uma função inversa da razão riqueza/renda" (Lima, 2003: p. 410). Tal efeito, portanto, acarreta uma redução da poupança e amplia os gastos com consumo, elevando a demanda agregada.

⁴ Esta exposição segue basicamente o texto de Carlin e Soskice (1990: p. 29-65)

QUADRO 3



É importante notar que o desemprego aqui pode ser caracterizado como involuntário, uma vez que são os diversos mecanismos de rigidez e fricção no sistema de preços que impedem o ajustamento.

Monetaristas e novo-clássicos: hiper-racionalismo e informação imperfeita

Entre a publicação da *TG* e o final dos anos 60, a síntese neoclássica representou o pensamento dominante em teoria econômica. No entanto, no final da década, surge uma vigorosa crítica ao *mainstream*. Esta aparece, principalmente, através da crítica à curva de Phillips elaborada, no início, por Milton Friedman e Edmund Phelps e, *a posteriori*, através dos trabalhos de Robert Lucas Jr e Thomas Sargent.

A curva de Phillips estabelece uma relação inversa entre a taxa de crescimento dos salários nominais e a taxa de desemprego⁵. Tanto na versão apresentada pelo próprio Phillips como na apresentada por Lipsey, os desdobramentos analíticos que seguem originalmente a elaboração da curva parecem ter pontos de contato com a tradição “keynesiana”.

⁵ Para maiores informações ver a este respeito (Amadeo, 1982: p. 47 e seguintes).

O primeiro ponto a ser destacado é que, tal como na TG, é a taxa de salário que é afetada pela Demanda Efetiva, via taxa de desemprego, e não o contrário.

Em segundo lugar, não há referências ao salário real, mas à relação entre salários nominais e desemprego. Portanto, não se pode derivar conclusões de tipo neoclássico acerca da relação entre oferta de trabalho e salários reais

Estes dois pontos foram exatamente os alvos das críticas e da reformulação da curva de Phillips pelas abordagens monetarista e novo-clássica. Isto porque, a sugestão de política econômica a que conduz a formulação original da curva de Phillips é que políticas expansionistas, com maior inflação e maiores salários nominais podem proporcionar taxas menores de desemprego.

A questão central apontada, ainda que de maneira diferente, tanto por Friedman quanto por Phelps é que as políticas expansionistas somente atuariam no curto prazo. Uma expansão monetária, por exemplo, elevaria a demanda agregada e os preços, reduzindo os salários reais. Porém, os trabalhadores somente perceberiam a perda do poder de compra dos salários com alguma defasagem. Enquanto durasse a “ilusão monetária”, os trabalhadores identificariam o crescimento dos salários nominais como reais e ampliariam a oferta de trabalho. Porém, quando fosse percebido que os rendimentos reais haviam caído, de fato, a oferta de trabalho se reduziria e os trabalhadores reivindicariam reajuste salarial. O reajuste reduziria a demanda por trabalho, conduzindo a taxa de desemprego para a situação inicial. Portanto, se não houver frustração de expectativas, no longo prazo, não se verifica *trade-off* entre inflação e desemprego e a curva de Phillips se torna vertical.

Este nível de equilíbrio de longo prazo, denominado por Friedman de taxa natural de desemprego, corresponde a uma situação compatível com o equilíbrio geral walrasiano. Seus determinantes operam no plano real da economia e, portanto, pelo lado da oferta de trabalho. Podem ser sintetizados, sobretudo, no sistema de benefícios aos desempregados, na magnitude do salário mínimo, na extensão do poder sindical e etc.

A versão monetarista da curva de Phillips poderia sugerir que aumentos na inflação poderiam conduzir a redução do desemprego, desde que não previstos. Porém, a sucessão de aumentos, supondo, como no modelo monetarista, que as expectativas dos agentes se formam adaptativamente, levaria à extrapolação das expectativas para o período seguinte. Tal fato promoveria uma aceleração inflacionária e uma taxa de desemprego superior a da situação inicial⁶.

⁶ A versão aceleracionista da curva de Phillips monetarista acarretou uma nova denominação para a taxa natural de desemprego, a saber, NAIRU, ou “a taxa de desemprego que não acelera a inflação”.

A tradição neoclássica tem como peculiaridade a adoção de uma perspectiva hiper-racionalista que, em sua forma canônica, faz a passagem da noção de racionalidade como ação dirigida a fins no sentido weberiano, para uma qualificação restritiva da mesma, isto é, a da ação maximizadora de uma função de bem estar.

O movimento que tem seqüência no desenvolvimento das novas abordagens de teor neoclássico configura-se exatamente por exacerbar este hiper-racionalismo. Este é o caso de toda a escola novo-clássica, porém, mais precisamente, de toda a literatura que apresenta o processo decisório dos agentes com base na chamada hipótese de expectativas racionais (HER).

O mecanismo de expectativas racionais afirma que não existe defasagem temporal entre o efeito real de uma política e sua percepção pelos agentes econômicos. Na verdade os agentes formam suas expectativas em relação ao futuro, com base nas informações vigentes e não olhando para o passado. Não há qualquer tipo de inércia, como ocorre nos modelos monetaristas. “Em sua versão fraca, ela afirma que os agentes formam suas expectativas e agem da melhor forma possível, usando as informações disponíveis, não havendo racionalidade, portanto nos erros sistemáticos [...]. Em sua versão forte, a HER afirma que os agentes possuem um modelo econômico, acreditam neste modelo e que só este é correto; portanto, sabem como a economia funciona e agem e antecipam o comportamento da economia com base neste modelo. Além disto, os agentes possuem as informações relevantes e aprendem com a experiência, não repetindo erros” (Dathein, 2000: p. 51).

A teoria novo-clássica está assentada em todos os postulados neoclássicos tradicionais, tais como: market-clearing em todos os mercados, ; inclusive no mercado de trabalho; ausência de custos de transação; existência de mercados completos; agente representativo. A única diferença diz respeito à obtenção de informações. É a existência de informação imperfeita que garante a possibilidade de flutuações de curto prazo, promovidas por alterações na demanda agregada, nos níveis de produto e emprego. Neste caso, somente uma política não prevista – que pegue os agentes de surpresa – é que pode acarretar algum deslocamento do produto em relação ao nível de pleno emprego. Mas, mesmo assim, esse deslocamento ocorre apenas no curtíssimo prazo.

Neste sentido, alterações permanentes no nível de emprego ou na taxa de desemprego somente podem ser explicadas por fenômenos reais. A rigor, para a escola novo-clássica, todo desemprego é entendido como voluntário, com os trabalhadores se excluindo ou se inserindo no mercado de trabalho. A idéia central é que tal escolha decorre dos processos de otimização intertemporal da função de utilidade dos trabalhadores.

Novo-keynesianos: hiper-racionalismo e mercados imperfeitos

O debate na macroeconomia contemporânea não se extingue, evidentemente, na escola novo clássica. Mas é forçoso reconhecer que grande parte das discussões sobre políticas de emprego, que teve lugar nos anos 80, tinha como referência, de forma crítica ou não, as implicações analíticas da hipótese de expectativas racionais.

Do ponto de vista da tradição neoclássica, a vertente crítica não enveredou pela negação do hiper-racionalismo representado pela HER. Na verdade, o assumiu com certa desenvoltura, direcionando, entretanto, sua crítica ao realismo quanto à forma de operação dos mercados. Ao invés de *market-clearing*, em todos os mercados, o que se supõe é que tanto o mercado de bens como o mercado de trabalho apresentam algum tipo de rigidez. Esta hipótese, ao contrário do que propunham os keynesianos da síntese, pode ser derivada de rigorosos fundamentos microeconômicos.

Assim pode ser compreendido o esforço analítico dos novo-keynesianos. Uma escola que afirma que os mecanismos de ajustamento instantâneo do modelo walrasiano não operam no curto prazo, de modo que, nesta situação, oscilações na demanda afetam apenas as quantidades. A idéia aqui é a de que existe uma curva de oferta de curto prazo perfeitamente elástica. No longo prazo, porém, os ajustamentos de preços e salários necessários se fariam presentes, descaracterizando qualquer possibilidade de desemprego involuntário no por longo período. A curva de oferta seria totalmente inelástica e alterações na taxa de desemprego somente poderiam ser obtidas por alterações na oferta de trabalho.

No que concerne à racionalização das imperfeições de mercado, é possível analisá-la sob dois aspectos. O primeiro diz respeito ao mercado de bens. Neste caso, a rigidez de preços é explicada pelos chamados custos de menu, entendido como o custo para as firmas de alterar os preços dos produtos. Estes podem estar relacionados aos custos de etiquetagem, mas também às despesas com campanhas para informar os consumidores ou ao custo referente ao tempo gasto para se avaliar a alteração de preço (Sicsu, 2003: p. 151 e Ferrari, 2003: p.287-88). Além dos custos de menu existem também questões relativas a falhas de coordenação. Estas se referem à hipótese de que se uma firma não acreditar que seus concorrentes também reduzirão os preços quando de uma redução da demanda, esta não diminuirá seu preço com receio de que uma queda isolada a deixe numa posição relativa de mercado desfavorável (Sicsu, 2003: p. 152).

Por fim, mas não menos importante, as firmas operam sob concorrência imperfeita. Para grande parte dos modelos, isso significa que o preço é estabelecido a partir de um *mark-*

up sobre os custos normais (custos diretos unitários) e, ao longo do ciclo econômico, os preços não se alteram muito.

O segundo aspecto é concernente a rigidez no mercado de trabalho. Diversas são as abordagens que procuram explicar o fato de os salários reais não se ajustarem às oscilações da demanda. Dentre as mais conhecidas, merecem destaque, a existência de salários de eficiência, de contratos implícitos, de diferenças entre trabalhadores *insiders* e *outsiders* e de um processo de barganha salarial entre trabalhadores e firmas.

No caso da abordagem de salário-eficiência, a hipótese central é que a produtividade do trabalho depende do salário real pago pela firma. Assim, em uma economia operando em concorrência perfeita e com uma função de produção dada por $q = f[e(w)n]$, onde $e(w)$ representa o esforço do trabalhador e “n” o número de empregados, então w^* será o salário, acima daquele de equilíbrio, que minimiza os custos do trabalho. Várias têm sido as hipóteses para a idéia de que as firmas podem pagar salários acima daquele de *market-clearing*, tais como: a tentativa de evitar o “corpo mole” (modelos de *shirking*), a diminuição dos custos de rotatividade (modelos de *turnover*), a seleção adversa nos processos de contratação dos trabalhadores, assim como a existência de grupos de referência que balizam a norma de esforço dos empregados (modelos sociológicos).

No caso dos chamados contratos implícitos o ponto central está relacionado ao padrão de comportamento dos agentes com relação ao risco. A teoria supõe, por exemplo, que os trabalhadores seriam avessos ao risco, enquanto as firmas seriam risco-neutras. Neste caso, a inflexibilidade salarial face às oscilações na demanda cumpriria o papel de um seguro contra a incerteza da renda futura dos trabalhadores (Dathein, 2000 e Ferrari, 2003).

Os modelos denominados *insider-outsider*, por sua vez, têm como ponto de partida a constatação de que os trabalhadores não são homogêneos. Mais precisamente, afirmam que os empregados das firmas têm um poder de mercado sobre os patrões, fato que inibe o poder de pressão dos *outsiders* (desempregados ou não) sobre as remunerações em momentos de baixa da demanda. Isto ocorre porque, por um lado, existem custos elevados de demissão, contratação e treinamento de novos trabalhadores. Por outro, o saber consolidado e a ocorrência de hostilidade dos *insiders* contra os recém-contratados podem acarretar quedas na produtividade. São estas circunstâncias que garantem aos *insiders* um relativo poder de barganha frente à empresa.

Os modelos de barganha salarial apontam para o fato de que o processo de formação dos salários está condicionado à negociação entre patrões e empregados. Como observa Dathein, “os sindicatos de trabalhadores possuem determinadas preferências em termos de

salários reais e de emprego, enquanto os empresários também possuem preferências em relação às duas variáveis com o objetivo de maximização dos lucros. Através [do] processo de negociações chega-se a determinados níveis de salários e emprego” (2000: p.69).

Uma forma simples de entender a maneira pela qual a escola novo-keynesiana racionaliza o desemprego é aquela apresentada por Carlin e Soskice (1990). Supondo que os salários sejam determinados pela barganha salarial⁷, quanto maior for o nível de emprego, maior será o poder de barganha dos sindicatos e, portanto, maiores serão os salários reais. Do ponto de vista das firmas, que exercem suas atividades em regimes de concorrência imperfeita, como os preços são constantes ao longo do ciclo, os salários reais compatíveis com este processo de formação de preços também devem ser constantes ao longo do ciclo. Em outras palavras, os rendimentos reais não devem oscilar com as variações do nível de emprego. Isto implica que deve existir um nível de salário real compatível com as expectativas dos sindicatos e dos empresários. Este nível determina o volume de emprego de curto prazo.

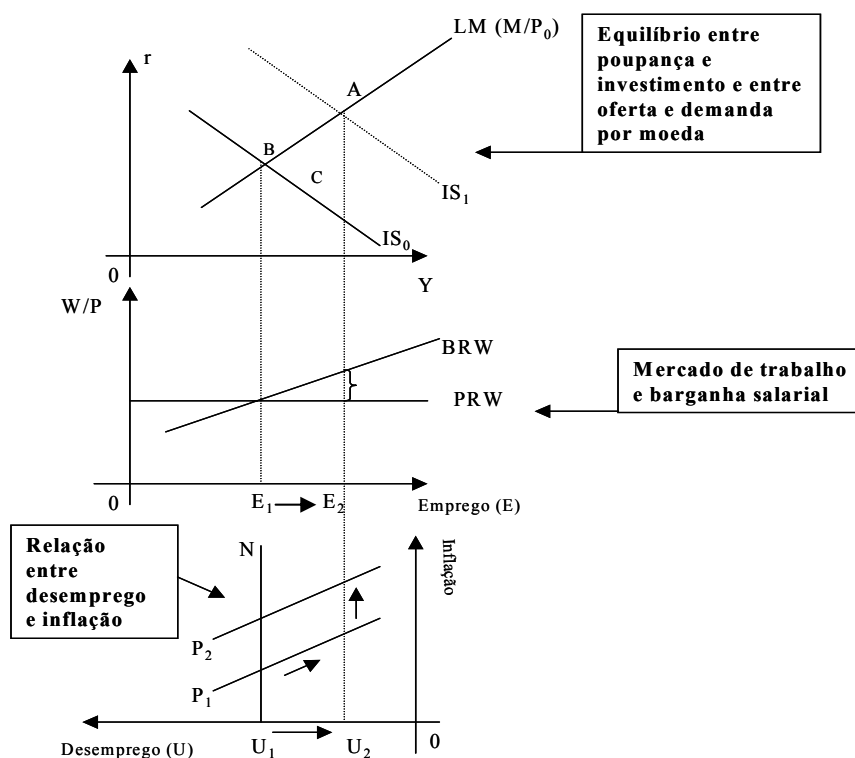
No longo prazo, porém, o nível de emprego é inteiramente determinado pelos fatores que afetam a oferta de trabalho, tais como o sistema de benefícios aos desempregados, a legislação de salário mínimo, entre outros, revelando uma curva de Phillips ou uma taxa de equilíbrio de desemprego que não acelera a inflação constante.

Assim, no curto prazo, políticas de demanda agregada podem afetar o nível de emprego, à custa de maior inflação, mas não no longo prazo.

O quadro abaixo ilustra o argumento anterior. O salário real desejado pelos sindicatos é representado pela curva BRW, enquanto o desejado pelas firmas é representado pela curva PRW. As curvas P1 e P2 representam a curva de Phillips de curto prazo, enquanto a curva N a de longo prazo.

Uma política expansionista (deslocamento da IS para cima) pode aumentar o nível de emprego de curto prazo, mas cria um desequilíbrio entre o salário desejado pelos trabalhadores e aquele almejado pelas firmas. O resultado é mais inflação. No longo prazo, entretanto, somente políticas de oferta podem diminuir o desemprego sem gerar inflação.

⁷ Segundo Carlin e Soskice (1990), qualquer que seja o processo de formação dos salários, isto é, salário-eficiência, contratos implícitos, *insider-outsider* ou barganha salarial, o resultado será exatamente o mesmo.

QUADRO 4

As questões teóricas apresentadas até o momento não esgotam todas as possibilidades aventadas pela literatura, mas oferecem uma visão geral das principais questões e inovações que estiveram presentes nos últimos anos⁸. O próximo passo é identificar como estas reflexões estiveram articuladas ao entendimento do problema e das soluções para o desemprego nos últimos 30 anos, com especial referência às diferenças entre os Estados Unidos e a Europa.

Evolução do desemprego nos EUA e no G - 4

Do fim da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 60, as taxas de desemprego nos principais países desenvolvidos estiveram entre os níveis mais baixos de suas histórias. A era de ouro do capitalismo, como ficou conhecida, foi marcada por uma relativa estabilidade de preços com pleno emprego.

A partir de 1968, entretanto, as condições que garantiam este ótimo desempenho macroeconômico começaram a mudar. Durante toda a década de 70, e, daí em diante, as taxas de crescimento do PIB e o desempenho do mercado de trabalho se afastaram, por completo, do padrão anterior.

⁸ Optou-se por não apresentar a abordagem pós-keynesiana nesta etapa com o intuito de trazê-la no final do trabalho, a fim de dialogar criticamente com as principais interpretações.

TABELA 1 - Taxa anual média de crescimento do PIB real, medido em US\$ de 1995 - EUA e G4

Anos	França	Alemanha	Itália	Reino Unido	Estados Unidos	G - 4
1960-70	5,7%	4,7%	5,7%	2,8%	3,9%	4,7%
1970-73	4,9%	4,0%	3,9%	4,2%	5,0%	4,2%
1973-79	2,8%	2,4%	3,5%	1,5%	3,0%	2,7%
1979-84	1,7%	1,0%	1,8%	0,9%	2,3%	1,3%
1984-89	3,0%	2,7%	3,1%	3,8%	3,6%	3,1%
1989-94	1,2%	2,8%	1,1%	1,2%	2,2%	1,8%
1994-2000	2,5%	1,8%	2,1%	3,1%	3,8%	2,3%

Fonte: De 1960 a 1970, DATHEIN, 2000. De 1970 a 2000, OECD Economic Data.

A tabela 1 mostra que a década de 60 apresentou uma taxa de crescimento média anual do produto real bastante superior a dos períodos subsequentes. A diminuição mais acentuada se verificou entre 1973 e 1984, mas principalmente após 1979. A virada dos anos 70 já demonstrava claros sinais de arrefecimento da atividade econômica na Europa, com a taxa de crescimento do produto do G – 4 caindo cerca de 12%. Nos EUA, ao contrário, o crescimento econômico médio anual entre 1970 e 1973 foi ainda mais acentuado que no período anterior⁹. Fato que somente se reverteu após o primeiro choque do petróleo.

É interessante notar que, após o segundo choque do petróleo, ainda que em todos os países analisados tenha ocorrido uma queda no ritmo de expansão da atividade econômica, nos Estados Unidos os efeitos da crise foram bem menos intensos. Enquanto sua taxa de crescimento neste período correspondia à cerca de 77% do período imediatamente anterior, no G – 4 o ritmo de aumento do produto correspondia apenas a cerca de 48%.

Com exceção da economia norte-americana, as taxas de desemprego em todos os países multiplicaram-se significativamente a partir de 1970. Nos casos da Alemanha e da França esta taxa cresceu mais de sete vezes desde 1965.

TABELA 2 - Taxa média de desemprego, segundo períodos selecionados

Período	Estados Unidos	França	Alemanha	Itália	Reino Unido	G - 4
1960-65	5,52%	1,40%	0,48%	2,92%	2,52%	1,83%
1965-70	3,92%	2,24%	0,76%	3,46%	3,00%	2,37%
1970-75	6,10%	3,12%	1,40%	3,46%	3,80%	2,95%
1975-80	6,76%	5,56%	3,16%	4,18%	6,20%	4,78%
1980-85	8,32%	9,00%	6,16%	5,62%	11,30%	8,02%
1985-90	5,92%	10,08%	5,98%	7,62%	8,84%	8,13%
1990-95	6,58%	10,76%	7,44%	9,48%	9,50%	9,30%
1995-00	4,60%	10,94%	8,98%	11,56%	6,58%	9,52%

Fonte: Bureau of labor statistics

Alguns elementos parecem relevantes na caracterização deste fenômeno. Primeiramente, é importante constatar que o aumento do desemprego não foi resultado de

⁹ Isto se verifica também para a Inglaterra.

nenhum tipo de explosão demográfica. Os dados da tabela 3 revelam que, no que tange a expansão da população em idade ativa (PIA), o período posterior a 1975 não apresentou, em geral, taxas de crescimento superiores às do período anterior. Na França, que entre 1960 e 1965 possuía o mais intenso ritmo de expansão da PIA (cerca de 2%), este ritmo reduziu-se quase ininterruptamente até o ano 2000. Na Alemanha, a elevação da população em idade ativa foi sempre muito baixa, oscilando em torno de uma média de 0,6%, sem contar o período imediato após a unificação em que esta expansão chegou à cerca de 5%. Na Itália, a taxa esteve quase sempre abaixo de 1%, com variações muito baixas até 1990. Após 1990, esta taxa reduziu-se muito chegando a ser negativa no período 90-95. No caso do Reino Unido, as taxas também foram muito baixas e, de maneira curiosa, alcançaram valores próximos a zero exatamente nos momentos de aumento do desemprego. Diferentemente dos casos europeus, os Estados Unidos apresentaram, até 1980, taxas médias de crescimento da PIA superiores a do período entre 1960 e 1965. Entre 1980 e 2000, esta taxa caiu, porém muito pouco e ainda continuou superior ao restante dos países analisados.

A pergunta que sucede à análise da evolução da PIA é como se comportou a força de trabalho. Neste caso, chama a atenção, desde logo, a baixíssima taxa de crescimento da força de trabalho nos países europeus. Em quase todos os países, o ritmo de crescimento da população economicamente ativa foi declinante entre 1960 e 1975. Além disso, em todos os períodos - exceto na reunificação alemã - a expansão da força de trabalho foi muito superior nos EUA relativamente ao G - 4.

Portanto, não foram questões demográficas ou relativas à expansão da força de trabalho aquelas que concorreram para a elevação do desemprego.

TABELA 3 - Taxa de crescimento médio anual da população em idade ativa e da população economicamente ativa, segundo períodos selecionados

Período	Estados Unidos		França		Alemanha		Itália		Reino Unido		G - 4	
	PIA	PEA	PIA	PEA	PIA	PEA	PIA	PEA	PIA	PEA	PIA	PEA
1960-65	1,5%	1,3%	1,9%	1,2%	0,7%	0,3%	0,8%	-0,9%	0,8%	0,9%	1,0%	0,4%
1965-70	1,6%	2,1%	1,1%	1,1%	0,5%	-0,1%	0,8%	-0,2%	0,3%	-0,1%	0,7%	0,2%
1970-75	2,2%	2,5%	1,0%	0,9%	0,8%	0,1%	0,9%	0,4%	0,0%	0,5%	0,7%	0,5%
1975-80	1,8%	2,7%	0,9%	1,0%	0,8%	0,6%	0,8%	1,0%	0,6%	0,6%	0,8%	0,8%
1980-85	1,2%	1,5%	0,8%	0,6%	0,6%	0,6%	1,0%	0,6%	0,6%	0,6%	0,8%	0,6%
1985-90	1,2%	1,7%	0,9%	0,6%	0,7%	1,0%	0,8%	0,8%	0,5%	1,0%	0,7%	0,8%
1990-95	1,0%	1,0%	0,6%	0,4%	5,1%	5,8%	-0,1%	-0,2%	0,1%	-0,5%	1,7%	1,7%
1995-00	1,4%	1,5%	0,6%	1,0%	0,3%	0,4%	0,4%	0,8%	0,4%	0,5%	0,4%	0,6%

Fonte: Bureau of labor statistics

Com efeito, o ritmo de crescimento do volume de postos de trabalho foi bastante inferior ao da expansão da força de trabalho para os países do G - 4, pelo menos em grande parte dos períodos. O contrário, porém, verificou-se para o caso norte-americano, como é

possível atestar na tabela a seguir. A situação dos países europeus apresenta alguma inflexão apenas em 2001, quando a taxa de desemprego diminuiu.

TABELA 4 - Taxa de crescimento médio anual do pessoal empregado, segundo períodos selecionados

Período	Estados Unidos	França	Alemanha	Itália	Reino Unido	G - 4
1960-65	1,56%	1,17%	0,45%	-0,86%	0,92%	0,43%
1965-70	2,05%	0,94%	-0,14%	-0,14%	-0,30%	0,05%
1970-75	1,76%	0,58%	-0,43%	0,33%	0,19%	0,13%
1975-80	2,96%	0,55%	0,73%	0,81%	0,09%	0,53%
1980-85	1,53%	-0,27%	-0,37%	0,29%	-0,31%	-0,19%
1985-90	2,08%	0,86%	1,45%	0,57%	1,94%	1,25%
1990-95	1,01%	-0,12%	-0,19%	-1,23%	-0,87%	1,06%
1995-00	1,85%	1,52%	0,42%	1,01%	1,22%	0,97%

Fonte: Bureau of labor statistics

Um aspecto importante é que grande parte dos empregos perdidos durante este período foi resultado da eliminação de postos de trabalho no setor industrial.

A diminuição da participação da indústria na geração de postos de trabalho é um fenômeno bastante generalizado e que resulta do aumento mais que proporcional do crescimento dos serviços, como é possível observar na tabela a seguir.

No entanto, o fenômeno verificado nos países europeus foi o resultado de um processo muito mais agudo. Na tabela 5, foi possível constatar que em todos os países a participação do setor industrial na estrutura de ocupações caiu, porém nos países europeus o emprego industrial diminuiu em termos absolutos.

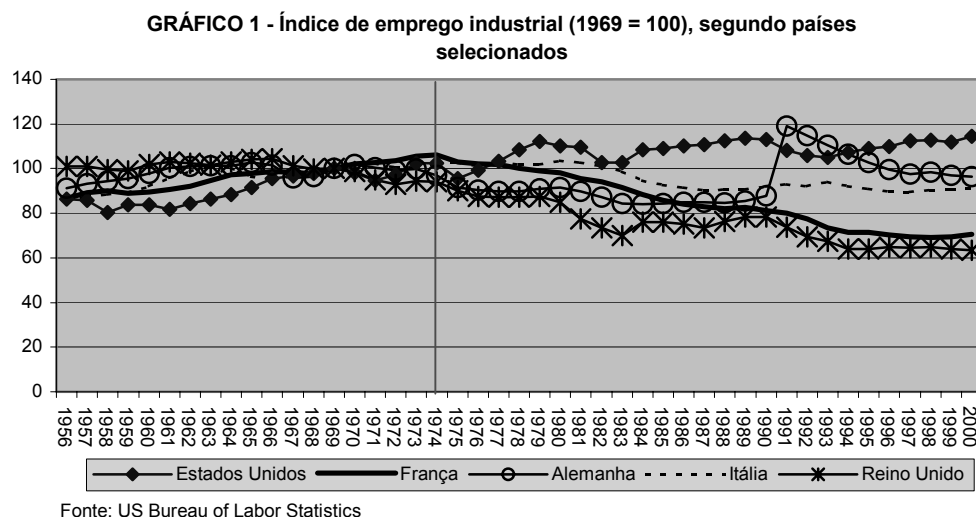
TABELA 5 - Composição do emprego, segundo grandes setores de atividade

Período	Estados Unidos		França		Alemanha		Itália		Reino Unido	
	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços
1960	33,4%	58,1%	37,5%	39,3%	46,0%	40,2%	34,2%	33,4%	46,1%	49,2%
1970	33,1%	62,3%	38,4%	48,0%	48,7%	42,8%	39,8%	40,1%	43,2%	53,6%
1980	29,3%	67,1%	35,1%	56,4%	42,9%	51,9%	38,1%	47,7%	36,2%	61,2%
1990	25,1%	72,0%	28,7%	65,6%	38,9%	57,6%	32,5%	58,6%	30,3%	67,6%
2000	22,2%	75,2%	23,3%	72,8%	32,6%	64,7%	31,6%	63,0%	24,8%	73,7%

Fonte: US Bureau of labor statistics

Entre 1956 e 1974, a tendência verificada, tanto no G – 4 como nos Estados Unidos, foi de crescimento deste tipo de posto de trabalho. A partir de 1975, a trajetória seguida por estes países passou a divergir. No caso norte-americano, a taxa de crescimento do emprego na indústria continuou positiva, ainda que menor que aquela verificada para os serviços. Já no caso europeu, para todos os quatro países, as taxas tornaram-se negativas, sendo os casos da

França e do Reino Unido aqueles em que o fenômeno ocorreu de forma mais pronunciada.



Ainda que tanto para homens quanto para mulheres a taxa de desemprego tenha aumentado, no primeiro caso este incremento decorreu da diminuição dos postos de trabalho. No segundo caso, o aumento da taxa de participação feminina na força de trabalho foi o principal responsável. Além disso, o desemprego entre os menos qualificados é superior ao dos mais qualificados (Rowthorn e Glyn, 1990).

Estas características podem apontar para um profundo processo de reestruturação produtiva que operou no plano internacional e cujos efeitos se prolongaram, devido às amplas transformações ocorridas após os choques do petróleo e o fim do sistema de Bretton Woods (Sawer, 1995).

No entanto, o debate sobre as causas e soluções para os acontecimentos originados em meados dos anos 70 não parece apontar para consensos. Para alguns analistas, como Sachs (1979), a questão central nos anos 70 esteve relacionada ao fato de que os salários reais, sobretudo na Europa, cresceram acima da produtividade. Este fenômeno foi mais pronunciado na indústria do que na economia como um todo. Além disso, isto teria provocado uma redução nas taxas de retorno do capital, tal como prevê a teoria da produção.

Três elementos explicam a explosão dos salários reais após 1969. O primeiro deles está relacionado à recuperação dos rendimentos do trabalho que haviam sido restringidos por políticas de rendas desde a metade da década. O segundo diz respeito ao aumento do poder e da cobertura sindical, ambos decorrentes das elevadas taxas de emprego daquele período. Por fim, o último fator refere-se às políticas expansionistas que sancionaram os aumentos salariais.

Apesar da recessão que se seguiu ao 1º choque do petróleo e a maior moderação salarial por toda a década, o argumento de Sachs é que a queda na taxa de crescimento dos

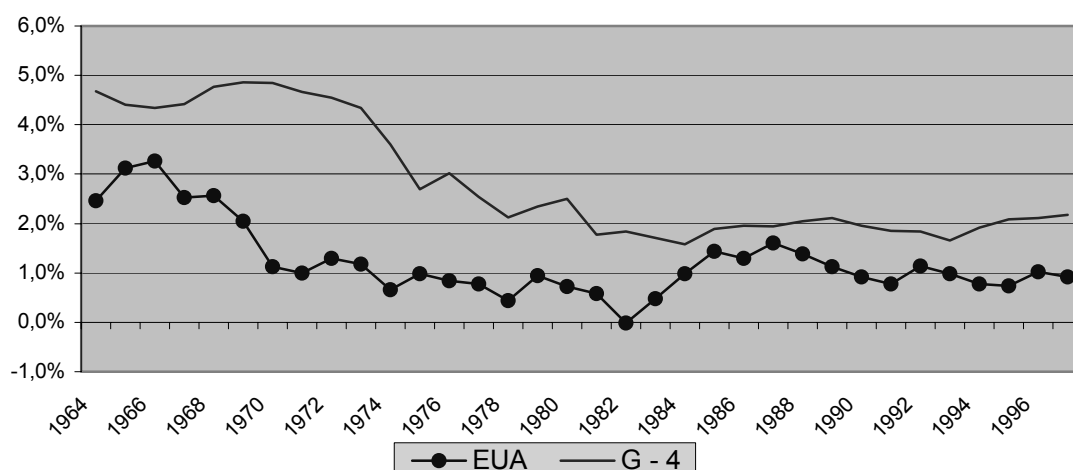
salários foi insuficiente se comparada com o forte decréscimo da produtividade e com a deterioração dos termos de intercâmbio. Tal fato teria repercutido no curto prazo, reduzindo diretamente a oferta agregada. No longo prazo isto teria implicado em uma redução dos investimentos¹⁰.

Para este autor o processo de formação dos salários na Europa é basicamente exógeno, determinado, sobretudo pelo poder sindical. Isto explicaria, a reação mais rápida da economia americana à crise, posto que lá os sindicatos têm pouca ou nenhuma influência sobre os rendimentos.

A despeito destes argumentos, os dados apresentados por Sachs, mostram que somente para o período entre 1973 e 1975 os custos salariais cresceram acima da produtividade. Isto provavelmente ocorreu devido a forte retração da economia com o 1º choque do petróleo.

Historicamente, tanto a produtividade como a taxa de crescimento dos salários são mais altas na Europa que nos Estados Unidos (vide gráfico 2)

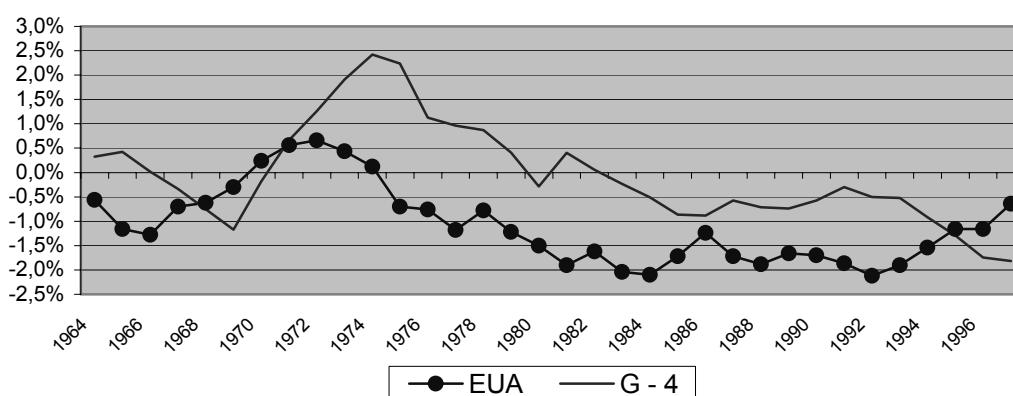
GRÁFICO 2 - Evolução da Média Móvel de 5 anos da Produtividade



O argumento de que a diferença na evolução da taxa de desemprego entre os EUA e o G4 deve-se ao fato de que os rendimentos reais na Europa crescem mais rápido que a produtividade parece pouco adequado. Ainda que seja superior para este conjunto de países do que para os Estados Unidos, desde o 1º choque do petróleo este *gap* vem diminuindo. Mais do que isso, após 1982, a produtividade passou a crescer mais rápido do que os salários reais na Europa, aproximando-se do padrão americano.

¹⁰ Argumento semelhante pode ser encontrado em MALINVAULD (1982).

GRÁFICO 3 - Diferença entre a média móvel de 5 anos da taxa de crescimento dos salários reais do setor não agrícola e a produtividade dos EUA e do G4



Fonte: Elaboração própria a partir de DATHEIN, 2000

Em uma perspectiva distinta, Kaldor (1976) enumerou quatro fatores que teriam solapado as condições macroeconômicas da idade de ouro do capitalismo. O primeiro teria sido, de fato, um incremento dos custos salariais a partir de 1969. O segundo refere-se ao abandono do sistema de taxas de câmbio fixo a partir de 1971. Em terceiro lugar estaria o aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional. Por fim, o aumento do preço do petróleo teria posto um fim às condições macroeconômicas que garantiram aos países em questão cerca de 25 anos de crescimento do produto, pleno emprego e baixa inflação.

Neste caso, é preciso ter em mente que o próprio Keynes havia advertido no capítulo 19 da TG que aumentos salariais muito intensos em momentos de incerteza podem levar a uma retração dos níveis de produto e emprego, mas somente nestes momentos. Este parece, de fato, ter sido o efeito da elevação dos salários reais durante o forte período de instabilidade da década de 70.

O trabalho de Bruno (1986) parece confirmar esta hipótese. Além de apontar para o fato de que a elevação dos salários reais pode ter tido efeito significativo até meados dos anos 70, o autor observa que após este período o principal fator que influenciou a elevação do desemprego foi a política macroeconômica contraditória. Nos EUA, a execução de uma política fiscal expansionista combinada com uma política monetária contracionista teve um efeito positivo sobre os níveis de emprego. Na Europa, entretanto, a combinação das políticas macroeconômicas foi desastrosa. Isto porque a volatilidade das taxas de câmbio e a iminência de crises no balanço de pagamentos impossibilitavam a execução de políticas anti-cíclicas. A elevação das taxas de juros norte americanas provocaram uma forte apreciação do dólar que possibilitou a queda da inflação. Na Europa, a desvalorização das moedas nacionais frente ao dólar explica porque a inflação caiu muito lentamente naquele continente. Este fato impôs restrições significativas às políticas expansionistas de pleno emprego.

Se o debate teórico - apresentado na seção anterior - foi bastante intenso nos últimos anos, a discussão sobre os resultados empíricos não foi menos acalorada ou controvertida. A despeito de alguma propaganda, não há na literatura qualquer consenso.

O artigo de Bean, Layard e Nickell (1986) aponta dois elementos como centrais na explicação do desemprego no período recente: as políticas macroeconômicas restritivas e a evolução dos salários reais. Quanto à primeira, ainda que os autores admitam que é possível que estas políticas tenham tido importância para o aumento do desemprego, são céticos quanto à possibilidade de que uma reversão das mesmas possa trazer de volta o pleno emprego. Isto porque, segundo os autores, há que se considerar a taxa de desemprego de equilíbrio (NAIRU) de longo prazo¹¹, assim como a ocorrência de histerese¹². De forma semelhante, Layard e Nicke (1986), procurando compreender o caso inglês, observaram que grande parte do desemprego desde 1979 decorreu da queda na demanda agregada. Do lado da oferta de trabalho, os autores observaram que existe uma relação direta entre o aumento dos benefícios aos desempregados e a elevação da taxa de desemprego, assim como o aumento da militância sindical.

No mesmo sentido, investigando o caso da França, Malinvaud (1986) encontrou que as variáveis mais importantes para explicar a evolução do desemprego foram as relacionadas à demanda no mercado de produtos, a demanda doméstica, mas, principalmente, a demanda do setor externo. Ainda que os resultados estatísticos não dessem muito suporte à tese da importância dos salários e da lucratividade, o autor apontava estes fatores como relevantes na explicação do desemprego. Este encontrou ainda alguma evidência quanto ao impacto deletério dos benefícios aos desempregados sobre a taxa de desemprego.

As evidências iniciais não foram suficientes para dar uma resposta conclusiva sobre a elevação contínua das taxas de desemprego na Europa e à sua redução nos Estados Unidos. A aposta da ortodoxia econômica na importância dos salários havia sido, de certo modo, frustrada empiricamente. A hipótese que ganhava mais força, então, dizia respeito à importância do sistema do Estado de Proteção Social europeu vis a vis o norte americano.

Como analisado na seção anterior, para a ortodoxia econômica o sistema de benefícios e a legislação protetora ao trabalho têm um impacto sobre a taxa de desemprego de longo prazo (NAIRU). Os trabalhos que procuravam explicar as diferenças entre o desemprego europeu e o norte-americano, argumentavam que a maior regulação do mercado de trabalho

¹¹ O argumento aqui é o mesmo que o demonstrado na última parte da seção anterior, quando se procurou apresentar o modelo novo-keynesiano.

¹² A histerese ocorre quando a taxa de desemprego atual é influenciada pela taxa de desemprego passada.

no velho continente, diminuía a eficiência da procura por emprego e inibia a contratação de novos trabalhadores.

Provavelmente o trabalho mais importante nesta linha de investigação tenha sido o de Layard, Nickell e Jackman (1991). Sua conclusão mais importante é a de que as distorções no sistema de benefícios aos desempregados, assim como no sistema de determinação dos rendimentos do trabalho constituem as causas primeiras do aumento do desemprego europeu em contraste com as baixas taxas norte-americanas. Nas palavras dos autores, “The unconditional payment system for an indefinite period is clearly a major cause of high European unemployment” (IDEM, p.62). Ademais, “[...] there seem to be two forms of [labor] organization that work well. One [...] has low union coverage – and preferably low union power. The other [...] has high union coverage – with low union power again at the decentralized level, but with strong national unions dealing on equal terms with employers” (IDEM, p. 66).

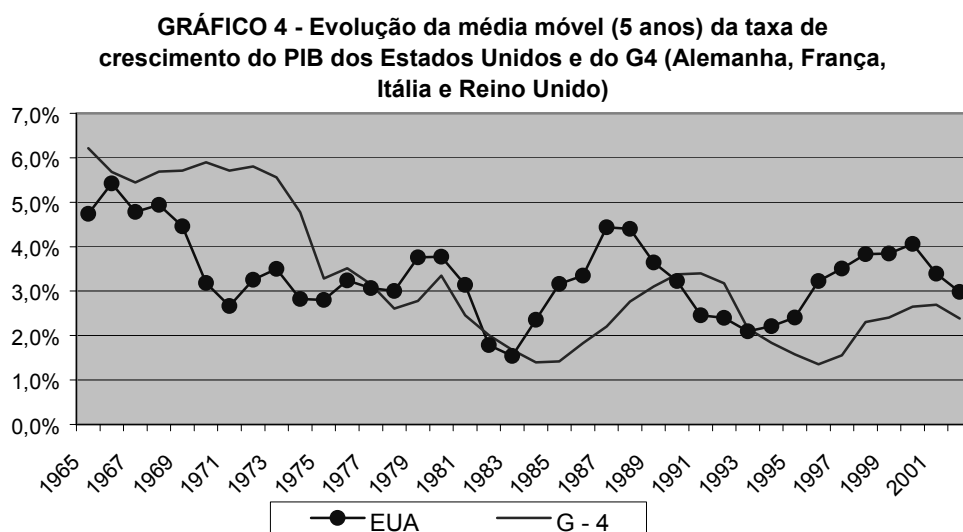
Ainda que Layard, Nickell e Jackman (1991) admitam que a taxa de desemprego possa ter se elevado por conta de choques adversos tanto de demanda (políticas monetárias e fiscais restritivas) como de oferta (aumento do preço do petróleo), os autores observam que a restituição de taxas mais baixas requer, prioritariamente, baixos custos salariais e um sistema de benefícios que não iniba a oferta de trabalho por parte de quem se encontra desempregado.

Este trabalho e seus sucessores da mesma vertente tornaram-se as mais importantes referências a dar suporte às políticas de flexibilização dos mercados de trabalho, de redução do Welfare State europeu, bem como à não utilização de políticas de administração da demanda agregada como forma de mitigar o desemprego. Porém, após algum tempo de hegemonia, alguns trabalhos econométricos têm demonstrado que aqueles resultados contra os sistemas de benefícios e de formação dos salários, assim como contrários à utilização de políticas expansionistas não são muito robustos.

De acordo com Baker, Glyn, Howell e Schimiitt (2003), “*The results reported here serve to underline the lack of robustness in the estimates of the impact of labor market institutions; [...]. Certainly there is little evidence here of the consistency of results which could convincingly underpin sweeping recommendations for labor-market reform*” (idem, p.52).

Com outra perspectiva, Cross e Fitoussi (2003), apesar de terem encontrado evidências favoráveis quanto à flexibilização do mercado de trabalho e do sistema de benefícios, demonstraram que as políticas macroeconômicas expansionistas podem ter efeito positivo sobre a diminuição da taxa de desemprego.

Dentre os elementos mais importantes para explicar as diferentes taxas de desemprego entre os EUA e Alemanha, França, Itália e Grã-bretanha encontra-se a taxa de crescimento do PIB.



Fonte: De 1960 a 1970, DATHEIN, 2000. De 1970 a 2000, OECD Economic Data

Como é possível observar no gráfico acima, enquanto no período anterior ao 1º choque do petróleo a taxa de crescimento do PIB do G4 era superior à norte-americana, após 1973 esta situação se inverte. O ritmo de crescimento econômico nos Estados Unidos foi bem mais intenso tanto nos anos 80 como nos 90, sugerindo que reside aqui uma fonte importante do diferencial entre as taxas de crescimento.

De qualquer forma, tanto a economia americana como a européia apresentaram, após o primeiro choque do petróleo, taxas de crescimento de crescimento do PIB inferiores ao período 1960-1973. As evidências parecem apontar como principais responsáveis para este fato os componentes tradicionais da demanda agregada. De acordo com os dados apresentados por Cornwall e Cornwall (1997), variáveis como consumo privado, gastos do governo, investimentos e exportações apresentaram reduções em suas taxas de crescimento para o G7 entre os dois períodos referidos no parágrafo acima.

TABELA 6

Performance Macroeconômica no G7, 1960-73 e 1974-93								
Período	Variação % Média							Taxa Média de Desemprego Padronizada
	Consumo Privado	Consumo Final do Governo	Investimento Bruto Fixo	Volume de Exportações	PNB	Produtividade do Trabalho	IPC	
1960-73	4,9%	3,3%	6,0%	7,8%	4,8%	3,6%	3,9%	3,1%
1974-93	2,7%	1,9%	1,2%	4,9%	2,5%	1,5%	6,5%	6,2%

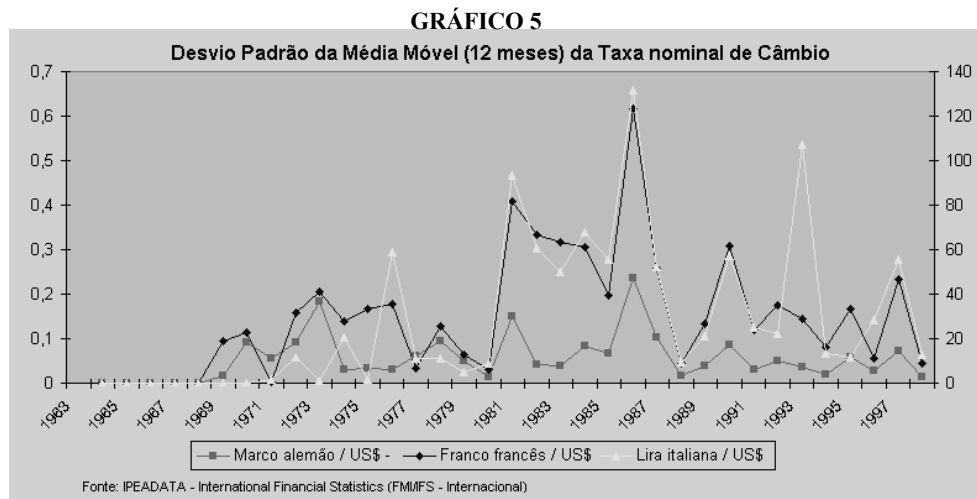
Fonte: OECD Historical Statistics, 1960-1993, APUD CORNWALL e CORNWALL, 1997

A retração nos níveis de demanda agregada pode ser explicada pelo aumento da incerteza que seguiu os choques do petróleo, à ruptura do sistema de Bretton Woods e às políticas de ajuste ortodoxas. Segundo Davidson (1998), o sistema monetário internacional

pensado por Keynes baseava-se na tese de que taxas de câmbio flexíveis e livre mobilidade de capitais são incompatíveis com o pleno emprego. Com a ruptura do sistema, as taxas de câmbio transformaram-se em objeto de especulação. O fluxo financeiro cresceu mais rápido que o comercial e passou a determinar o saldo do balanço de pagamentos. Como observa Eatwell (1996) “A escala dominante [dos] fluxos [financeiros de caráter especulativo] significa que hoje, os governos são obrigados a mais do que em qualquer outra época, manter um olhar atento sobre a necessidade preservar a credibilidade do mercado” (ibidem, p. 34). Tal credibilidade, em geral, é entendida como o atendimento de metas monetárias prudentes e rigor no controle do gasto público.

Além disso, a crescente volatilidade das taxas de câmbio passou a inibir os investimentos, pois em uma economia aberta, aumenta a incerteza quanto às receitas futuras nos setores exportadores, assim como se amplifica a incerteza quanto aos custos de produção dos setores importadores de insumos.

O gráfico abaixo mostra que o desvio padrão da taxa nominal de câmbio aumentou significativamente após 1969. Durante os anos 80, esta variável encontrou seu maior período de instabilidade, com um pequeno recuo nos anos 90. Porém, na década passada a volatilidade cambial ainda foi superior a dos anos 70.



Ademais, a instabilidade cambial afeta a inflação inibindo a possibilidade de políticas anticíclicas para conter o desemprego (Cornwall e Cornwall, 1997).

Ao que parece, a inadequação do sistema monetário internacional limita as possibilidades de realização de política anticíclica, seja pelos seus impactos sobre o balanço de pagamentos, seja por suas repercussões sobre os preços domésticos.

Considerações Finais

O debate sobre o problema do desemprego nos últimos anos tem sido intenso. No entanto, apesar dos novos métodos e abordagens, as questões relevantes ainda parecem ser as mesmas. Em outras palavras, o que está em jogo é saber se é possível alcançar taxas elevadas de emprego simplesmente retirando supostos obstáculos ao livre funcionamento do mercado de trabalho. A despeito de todo esforço da ortodoxia em asseverar esta proposição, as informações não parecem confirmar tal hipótese. Mais do que isso há indícios fortes de que a desregulamentação do sistema monetário internacional tenha um papel fundamental na explicação do aumento do desemprego. Com livre mobilidade de capitais, as economias que não possuem a moeda de referência internacional ficam sujeitas a ataques especulativos, cuja intensidade supera em muito o volume de reservas dos bancos centrais capaz de se contrapor a este tipo de crise.

Neste sentido, as políticas de expansão da demanda agregada que poderiam ser utilizadas para mitigar o desemprego, ficam constrangidas pelo risco de uma crise no balanço de pagamentos. Tal fato parece explicar, em grande parte, as distintas taxas de desemprego entre EUA, Alemanha, França, Itália e Grã-bretanha, uma vez que o primeiro país foi capaz de exercer plenamente políticas de caráter anti-cíclico enquanto os últimos não.

Bibliografia:

- AMADEO SWAELEN, Edward. Desemprego, Salários e Preços: um estudo comparativo de Keynes e do pensamento macroeconômico da década de 1970. Rio de Janeiro: BNDES, 1982.
- ____ & ESTEVÃO, Marcello. A Teoria Econômica do Desemprego. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BAKER, Dean et al. Labor Market Institutions and Unemployment: A Critical Assessment of the Cross- Country Evidence. 2003.
- BUCHELE, Robert e CHRISTIANSEN, Jens. Do employment and income security cause unemployment? A comparative study of the US and the E-4. Cambridge Journal of Economics 1998, 22, 117-136.
- CARLIN, W. & SOSKICE, D. Macroeconomics and The Wage Bargain. A Modern Approach to Employment, Inflation and the Exchange Rate . Oxford : Oxford University Press, 1990.
- CREEL, J. & FITOUSSI, J.P. Unemployment in OECD-countries: does economic policy matter? April, 2001.
- CONWALL, John. & CORNWALL, Wendy. The unemployment problem and the legacy of Keynes. Journal of Post Keynesian Economics. Summer 1997, Vol. 19, No. 4. P. 525-542.
- DATHEIN, Ricardo. O crescimento do Desemprego nos Países desenvolvidos e sua interpretação pela Teoria Econômica: As abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana. 2000. Tese (doutorado em Economia). Instituto de Economia - UNICAMP. Campinas.
- DAVIDSON, Paul. Post Keynesian employment analysis and the macroeconomics of OECD unemployment. The Economic Journal, v. 108, mai. 1998.

- _____. Resgatando a Revolução Keynesiana. In: LIMA, Gilberto Tadeu & SICSÚ, João (Orgs). Macroeconomia do Emprego e da Renda. Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003.
- EATWELL, John (Ed.) Desemprego em escala mundial. *Economia e Sociedade*, n. 6, jun.1996b.
- FERRARI FILHO, Fernando. “Keynesianos”, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: Uma leitura Pós-Keynesiana. In: LIMA, Gilberto Tadeu & SICSÚ, João (Orgs). Macroeconomia do Emprego e da Renda. Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003.
- FREEMAN, Richard. The Limits of Wage Flexibility to Curing Unemployment. *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, No. 1. P. 63-72. 1995
- GLYN, Andrew. The Assessment: Unemployment and Inequality. *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 11, No. 1. P. 1-25. 1995
- GLYN, Andrew & ROWTHORN, Bob. The Diversity of Unemployment Experience since 1973. In: MARGLIN, S & SCHOR, J. (Eds). The Golden Age of Capitalism. New York: Oxford University Press, 1990.
- KALDOR, Nicholas. Inflation and recession in the world economy. *The Economic Journal*, v. 86, dez. 1976.
- KEYNES, John M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAYARD, Richar & NICKELL, Stephen. Unemployment in Britain. *Economica*, v. 53, mai. 1986.
- _____; _____ & JACKMAN, R. Unemployment: macroeconomic performance and the labour market. Oxford : Oxford University Press, 1991.
- LIMA, Gilberto Tadeu. O Império Contra-Ataca: A Macroeconomia de Keynes e a Síntese Neoclássica. In: LIMA, Gilberto Tadeu & SICSÚ, João (Orgs). Macroeconomia do Emprego e da Renda. Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003.
- LIMA, Luís Antônio de Oliveira. Desregulamentação dos mercados de trabalho e desemprego nas economias avançadas. *Revista de Economia Política*, vol. 20, nº 4 (80), outubro-dezembro/2000.
- MALINVAUD, Edmond. Wages and unemployment. *The Economic Journal*, v. 92, mar. 1982.
- SACHS, Jeffrey. Wages, profits and macroeconomic adjustment: a comparative study. *Brooking Paper on Economic Activity*, n. 2, 1979.
- _____. Real wages and unemployment in the OECD countries. *Brooking Paper on Economic Activity*, n. 1, 1983.
- SAWYER, Malcolm. Overcoming the barriers to full employment in capitalist economies. *Economie Appliquée*, tome XLVIII, 1995, nº1, p. 183-216.
- SICSÚ, João. Keynes e os Novos-keynesianos. In: LIMA, Gilberto Tadeu & SICSÚ, João (Orgs). Macroeconomia do Emprego e da Renda. Keynes e o keynesianismo. Barueri: Manole, 2003.
- SOLOW, Robert. On theories of unemployment. *The American Economic Review*, v. 70, n.1, mar. 1980.
- _____. Unemployment: getting the questions right. *Economica*, 53, mai. 1986.